

## Os pensamentos do cronista Fernão Lopes

Teresa Amado  
Universidade de Lisboa

A pretensão de dizer a verdade nas suas histórias que se apresentam como recuperação e reconstituição do passado é lugar-comum no discurso dos cronistas e é questão das mais abordadas na escrita crítica sobre esses textos. O cronista quatrocentista Fernão Lopes faz desse um dos seus temas preferidos na *Crónica de D. João I*, onde o desenvolve em trechos veementes, de que o mais elaborado e famoso é o prólogo da Primeira Parte (“E seemdo achado em alguũs livros o comtrairo do que [esta obra] falla, cuidaae que nom sabedormente, mas erramdo muito, disserom taaes cousas,” Freire 2, etc.), ou se lhe refere em regime de *leitmotiv* atravessando a narrativa. Mas já na crónica anterior começa a experimentar esparsamente introduzi-lo, por exemplo em: “Algũus [...] afirmam dizendo em suas estorias,” “E esto nos parece contradizer muito aa verdade, por algũuas certas rrazoões (...)”, “E sse alguem disser (...)”, “esto nom parece d’outorgar, ca, sse assi fora (...)”, “Nem nós nom achamos que (...)”, “e por estas rrazoões nos parece nom darmos fe aos que fallarom do britamento desta tregoa del-rrei de Graada” (*Crónica de D. Fernando* [Macchi 2004, 141, 142]); “fez el-rrei dom Fernando [...] na maneira que dissemos, e nom como algũus autores ignorantes da verdade poserom em seus livros” (*Crónica de D. Fernando* [Macchi 2004, 331]).

Numa escala de aproximação à verdade em que coloca as suas várias fontes (sempre sem o nome do autor) e de modo cada vez mais assertivo ao longo da sua obra, insiste em atribuir àquilo que escreve um grau superior. Por vezes é forçado a conceder que não pode evitar ficar a alguma distância dela, e a ter de se contentar com hipóteses ou dúvidas, mas quase sempre insinua que, mesmo assim, é mais fiável do que os autores que lhe disputam a confiança do leitor sobre o assunto de que está a tratar.

A argumentação ou a demonstração de que faz acompanhar a defesa desse valor implicam, pelo uso explícito da primeira pessoa ou pela adesão assumida a uma *voz da razão*, um comprometimento pessoal, não só com a versão dos factos e sua interpretação finalmente apresentadas como verdadeiras ou menos susceptíveis de constituir erro, mas também com todo o processo de análise e triagem que conduziu à sua qualificação. São pois contextos discursivos favoráveis à auto-exposição do autor. E assim fica corrigida a impressão de auto-apagamento que o anonimato verificado em todos os manuscritos mais antigos das três crónicas (a partir de certa altura começam a aparecer nas folhas de rosto os nomes de Eanes de Zurara e de Rui de Pina) poderia induzir. As razões da ausência de assinatura da parte de um letrado ao serviço da corte numa época em que já se conheciam não raros casos de auto-denominação do autor nos seus textos (recordem-se Pedro, conde de Barcelos, Álvaro Pais, D. Duarte, o infante D. Pedro) não são fáceis de perceber, mas é provável que se relacionassem

com uma especificidade, tão pouco hoje fácil de definir, atribuída ao género crónica, à qual não deveria ser alheia a ideia de continuidade assegurada por cada narrativa, entre as que testemunharam o tempo anterior e as que se referirão ao tempo futuro, conspicuamente manifestada nas crónicas régias portuguesas. Este é, aliás, um dos argumentos que me parecem tornar mais convincente a suposição de que tenha sido o cronista a optar por omitir o seu nome, e de que não se trate, portanto, de uma consequência da transmissão manuscrita.

Certo he que quaaesquer estorias muito melhor sse emtemdem e nembram se som perfeitamente e bem hordenadas, que o seemdo per outra maneira; e posto que nossa teençom seja, de estas que escprever queremos, ho seerem em boom e claro istillo, porem tam grande aaz destorias nos som prestes, moormente em este logar, que desviam muito de tall hordenamça nosso desejo e voomtade. Porque elRei de Castella vem pera emtrar em Portugall; NunAllvarez outro ssi veemsse a Lixboa; desi o castello da çidade trabalhasse o Meestre com ho poboo de o tomarẽ; alçamsse villas comtra os alcaides dos castellos pello rregno; levamtãsse hunioões dhuũs comtra os outros; ffazemsse outras muitas cousas em huũa sazom, de guisa que hũas torvam as outras, a sse nom poderem comtar nos dias que acontecerom. § E segumdo nosso juizo, melhor he dizer huũas e depois outras, posto que a alguũs isto nom apraza, que as emvurilhar comfusamente e seerẽ peores muito de emtemder. Porem levemos primeiro a Rainha a Santarem, e depois fallaremos do muito de louvar NunAllvarez como sse veio a Lixboa pera o Meestre; e desi da tomada do castello, e assi doutras cousas como as melhor podermos emcaminhar. (Freire 51-52)

Mas porque algũus ouvindo aqesto, desejaróm saber que guerra foi esta, ou porque sse começou e durou tanto tempo e nós fallar desto podiamos bem escusar, por taaes cousas seerem feitos de Castela e nom de Purtugall, pero, nom embargando isto, por satisfazer ao desejo destes, des i porque nos parece que nom avendo algũa noticia das cruelldades e obras deste rrei dom Pedro de Castella nom podem bem vñir em conhecimento quall foi a rrazom por que el depois fogio de seu rreino e se viinha a Purtugall buscar ajuda e acorro, e como depois de sua morte muitos logares de Castella se deram a el-rrei dom Fernando e tomarom voz por elle; porém faremos de todo hũu breve fallamento, começando primeiro nas cousas que lhe aveherom em começo primeiro de seu rreinado [...], com as outras que sse seguirom depois que rreinou el-rrei dom Pedro seu tio: as quaaes nos parece que sse em outro logar melhor contar nom podem que todas aqui juntamente, antremetendo seus feitos com a guerra (Macchi 2007, 67)

Particularmente interessantes tanto pelas questões que levantam e resolvem como

pela raridade de referências a tais problemas, estas minuciosas exposições de critérios de organização da narrativa configuram outra das modalidades de discurso em que sobressai a marca de presença do autor na medida em que exprime um pensamento próprio. A enunciação do problema da simultaneidade dos acontecimentos confrontada com a sucessividade das palavras na cadeia do discurso, à qual é necessário reduzi-la, sendo típico da narrativa e típicos os reflexos que não deixou de produzir em todas as suas realizações, desde os poemas de Homero, vale principalmente como sintoma de uma reflexão teórica e de um saber técnico elaborados a um nível de domínio de fins e de meios que não deixa dúvidas sobre a autonomia com que o cronista trabalha. Que nada de semelhante se encontre em textos anteriores e contemporâneos não faz mais do que reforçar essa evidência, e igual dedução se poderá fazer do facto de o tema ser abordado na Primeira Parte da *Crónica de D. João I*, e só aí, onde as dificuldades atingem a mais alta acuidade devido ao ritmo rápido com que os acontecimentos se sucederam, não num único lugar mas em cada vez maior número de lugares, durante o ano e meio que o texto cobre. Por outro lado, a sequência que se anuncia para a narração dos factos implica um sentido a induzir para a história, imediata ou mediatamente, com essa ordenação. Isto conforma-se com o sentido de diversos outros modos de dizer presentes na crónica, que se pode descrever como a aplicação na narrativa de um programa ditado por uma interpretação da história, ou, de outra maneira, sem nunca perder de vista a distribuição de valores que a história, segundo o autor, também deve fazer.

Ao exprimir uma vigilante preocupação de coerência e clareza através da justificação de um procedimento que poderia parecer contrariá-las, Fernão Lopes acaba por acautelar uma crítica que pode ocorrer a qualquer leitor da *Crónica de D. Pedro*, motivada pelo preenchimento de quase metade da sua extensão por texto transcrito ou ligeiramente adaptado da crónica homónima, sobre o homónimo rei castelhano, de López de Ayala, o que quer dizer, com história de Castela. Na realidade, a crítica resiste à explicação dada no texto citado, e só poderá ser mitigada se se admitir, como atenuante exterior ao texto e não mencionada pelo autor, a provável escassez de fontes portuguesas de informação sobre os dez anos em que D. Pedro reinou. Seja como for, o que aqui interessa é a relação lógica impecável que o cronista faz ver entre o desvio para assuntos castelhanos e a inteligibilidade da história portuguesa, não só no reinado presente mas também no que se lhe seguiu. Impecável, porque há que reconhecer a necessidade de conhecimento do percurso político do rei de Castela que veio a ser morto pelo irmão após anos de guerra interna, para se perceber o sentido da atitude dos dois reis de Portugal perante esse conflito (a objecção mantém-se apenas quanto à extensão e ao pormenor narrativo que em excesso lhe são dados, e que apontam para a verosimilhança de uma causa incontrolável pelo cronista).

De novo, o reflexo de critérios exigentes para a qualidade da composição, aos quais se associa uma clara imagem de si como escritor envolvido num compromisso activo com os leitores. Talvez este compromisso fosse alimentado por situações de

escuta de leitura em voz alta, de que o próprio cronista se encarregaria ou não, e certos usos fáticos da língua não decorressem exclusivamente de uma retórica de escrita: não temos meios para desfazer a dúvida. Referi-me em cima à raridade representada pelos dois textos citados. Ora, Fernão Lopes é pródigo em alusões breves a razões de clareza, boa ordem, fidelidade ao costume ou coerência temática para justificar a introdução de um assunto, a interrupção daquele de que se ocupava ou a insistência talvez aparentemente despropositada no mesmo. A diferença que o epíteto de raro pretende indicar é precisamente a maior e mais específica importância dada ao leitor e, por reflexo, ao autor, que se traduz no grau de desenvolvimento que as duas digressões atingem.

De tudo isto nos fica que, deixando pouco espaço a um narrador no estado puro de entidade virtual que se esgote na função de narrar ou, quando muito, de decidir o que vale a pena narrar e o que não vale, a que vemos limitarem-se (muitas vezes admiravelmente) os cronistas anteriores, neste a consciência criadora do texto revela-se muito para lá das reclamações de verdade e de credibilidade superior, e até da simples e frequentíssima utilização da primeira pessoa gramatical, que em geral não é mais do que um brando traço estilístico. Manifesta-se essa consciência autoral, como nas passagens citadas, quando, de maneira tácita ou explícita, convida o leitor a ocupar o outro pólo de uma linha de comunicação aberta com um empenho, um acento de sinceridade, uma generosidade de confiança que se provam sempre irresistíveis.

As zonas do texto em que é praticado este tipo de discurso são numerosas e respeitam a temas e situações narrativas muito variadas. Todas elas aparecem como elementos preciosos para a definição do modo discursivo de Fernão Lopes, designando aqui a palavra modo uma categoria que julgo ter alguma correspondência com aquela a que Todorov chamou género falando dos “géneros do discurso,” se se descontar o objectivo epistemológico que ele pretendia atingir. De qualquer modo, as crónicas de Fernão Lopes estão tão isoladas no contexto português contemporâneo que não há lugar para se aspirar a generalizar com fundamento os movimentos de linguagem e de composição que as distinguem, como características de género. Embora existam nelas as marcas altas do aperfeiçoamento de uma tradição de escrita historiográfica que se desenrolou ao longo do século XIV, são atípicas tanto pela novidade que exibem face à evolução que as precede como pelo talento e pela inteligência e a subtilidade da compreensão que não se reproduziram nos cronistas que se lhe seguiram, e que só parece terem sido apreciados por Damião de Góis, um século mais tarde. A partir de então, começou a ser possível avaliar o interesse dos seus textos para entender o período de intensa mudança que ele historiou.

Um tanto inesperadamente, o isolamento atenua-se quando se colocam as suas crónicas numa vizinhança não já nacional, nem sequer ibérica, mas europeia. É verdade que nas crónicas do castelhano Pero López de Ayala, fonte importante de todas elas, se encontram processos narrativos e manifestações de uma atitude crítica que reaparecem nas suas congéneres portuguesas e portanto em parte as aproximam delas. Mas a monotonia do estilo e da construção narrativa, assim como a estreiteza

relativa da paisagem política e social que abarcam restringem a zona de semelhança. Esta alarga-se antes no confronto dos textos do cronista português com os de autores ingleses e italianos, sobretudo, uma vez que a obra de Jean Froissart está demasiado diferenciada, neste conjunto de produções do final da Idade Média, pela dependência ideológica do sistema feudal que, como se sabe, em nenhum outro lugar teve uma implantação comparável à que teve em França.

Precisamente num livro sobre *Chronicles. The Writing of History in Medieval England*, de Given-Wilson encontra-se uma observação que me parece um bom mote para a tentativa de contribuir para uma definição do modo discursivo de Fernão Lopes. Consiste ela na impressão dominante que o autor declara ter-lhe ficado, no fim do seu estudo, de que a maioria dos cronistas ingleses do fim da Idade Média tinham a liberdade de dizer o que pensavam (Given-Wilson 211). Trata-se, para começar, de uma ótima formulação para a controvertida acção de *dizer a verdade*, pois dificilmente se pode pedir a alguém outra coisa senão que diga aquilo que pensa que é verdade, tal como a história da história tem mostrado à sociedade com as suas vicissitudes de desmentidos, revisões e reinterpretações. Neste sentido, a quase totalidade da crónica (de uma qualquer crónica) torna-se legível e inteligível como expressão do que “o cronista pensa,” mesmo quando o discurso não esteja gramaticalmente subjectivado, isto é, quando se apresente como mera narração.

De duas formas se introduzem excepções a essa figura geral: a transmissão de documentos e as falas das personagens, entre as quais a dissenção é elemento estrutural e instrumento adequado à expressão de pensamentos alheios ao autor, ou mesmo opostos aos seus. Nas crónicas de Fernão Lopes ambas se encontram em abundância. Mas no resto do texto, em que marca deliberadamente a sua presença, as formas de dizer o que pensa diversificam-se quando se reportam a circunstâncias que rodeiam ou condicionam o contar da história, mas não fazem parte dele. Podem colocar-se neste grupo todos os frequentes comentários e apreciações dos caracteres, comportamentos, ditos e motivações das personagens, que pontuam sistematicamente a narração. Às vezes servem a história, quer dizer, o sentido que se pretende imprimir à história. Outras, parecem responder apenas ao desejo de exprimir uma opinião, que nos faz conhecer melhor o autor, mas sem a qual o entendimento da história passaria bem.

Em todos os casos se trata de indícios claros do que o cronista pensa, tal como acontece com as breves e também numerosas escolhas respeitantes à composição da narrativa, a que me referi atrás. De teor análogo ao destas, destaquei duas ocasiões em que o discurso atinge um apuro explicativo que revela, só por si, uma intenção distinta: a de, além de explicar, demonstrar o estatuto pleno de autor.

Ainda relacionado com o mesmo tema, veja-se, a propósito do cisma da Igreja de que é resumido o episódio central na *Crónica de D. Fernando*, um caso que documenta outro tipo de procedimento historiográfico. O cronista dedica três capítulos (107-09) ao assunto, de que cito o início do primeiro:

...ora convem que trauteamos do feito da cisma que sse em este tempo levantou na Egreja, nom soamente por necessidade da estoria, que nos costringe fallar d'ello, segundo adeante poderees ver, mas por nom mostrarmos mingua em nossa obra, pois que os famosos estoriadores em suas cronicas fazem d'ella meençom. (Macchi 2004, 385)

No remate do episódio, é dito que os cardeais que elegeram em Avinhão o novo papa (Clemente VII), deixaram os cristãos cheios de dúvidas e ignoraram as “fortes rrazoões” apresentadas por “grandes leterados” a favor de Urbano VI “das quaaes o modo d’ estoriar nom consente nêhũa dellas seer aqui posta” (Macchi 2004, 397).

A primeira novidade relativamente ao motivo mais habitual avançado pelo cronista, e embora esse também figure no texto, da “necessidade da estoria,” é o acrescento de uma razão de teor mundano, isto é, o desejo de não ser criticado (pelas autoridades eclesiásticas, presume-se). Dela decorre a concessão de não dizer exactamente o que pensa, ou mais propriamente, de dizer mais do que pensava ser necessário dizer segundo o estrito critério histórico. Às implicações políticas reais que o cisma teve no tempo de D. Fernando nunca é dada, na narrativa, muita importância. Intimidado pelas proporções que o facto tomara nos meios letrados eclesiásticos, contudo, Fernão Lopes decide corresponder-lhes transcrevendo ou resumindo algumas páginas de autoridades reconhecidas sobre o longo processo –não sem procurar, como de costume, um aliado no leitor. Mas mesmo a concessão tem para ele limites, os do seu “modo d’ estoriar,” de que não está disposto a abdicar arriscando o desequilíbrio da obra, tanto mais que seria causado por razões que não chegou a fazer suas. O resultado final é, assim, idêntico ao que se observou nos textos citados acima, embora fosse obtido doutro modo porque o cronista teve neste caso que enfrentar um factor desusado, sob a forma de pressão de uma autoridade, ainda que não explicitada.

Vale a pena notar que o argumento de “nom mostrarmos mingua” para apoiar a extensão da história a certos assuntos e episódios não é novo nem raro nas crónicas de Fernão Lopes. Mas aqui só a fórmula se repete, porque quase sempre que ocorre a implicação que nela transparece é a de que o primeiro, de outro modo, a ficar descontente seria o próprio autor: faltaria clareza, ou a observação do outro lado da questão, ou a tentativa de resolver naturais objecções ou perplexidades do leitor, e qualquer dessas falhas seria a seus olhos um defeito.

Há no entanto outra ocasião em que deixa perceber que talvez se possa aproximar de um receio de crítica semelhante ao que desponta a propósito do cisma, que é a da evocação, formal e solene, de Nuno Álvares Pereira, no capítulo 31 da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*. O cronista estabelece uma curiosa analogia entre a personagem de cuja história o capítulo é apresentado como prólogo, e o exemplo ou “a vida daquell de que preegam,” que alguns pregadores costumam meter no seu sermão, “e na fim delle concludem seu tema” (Freire 55). Todo o capítulo é um estratégico pedido antecipado de indulgência para com falhas ou excessos que venha a cometer. E o facto de terminar, mesmo sabendo-se incapaz de evitar os “que em rreprehender

tomam deleitação”, com a reafirmação de que “entendemos de seguir seus excelentes autos” (Freire 56), reforça o aparato retórico do texto. Isso não autoriza, porém, a pôr de parte que nele esteja expresso um sentimento real de apreensão, tendo em vista todas as circunstâncias exteriores conhecidas da escrita daquela parte da crónica, de que as mais importantes são a emergência da casa de Bragança, ancorada no património e no prestígio do Condestável, e as diligências oficiais pela sua canonização, em que D. Duarte particularmente se empenhara. Uma apreensão, nesse caso, a que o cronista julgou apropriado dar lugar num texto em que tudo fala do modelo retórico que o inspira e no qual representava, precisamente, uma das peças canónicas, mas que a mesma personagem não provoca na variedade rítmica e semântica da narrativa.

Eis ainda outras formas textuais usadas por Fernão Lopes para dizer o que pensa. “E dizem alguõs em suas estorias, que estes rreaaes primeiros que o Meestre mamdou lavar, que prestavom para alguõas dores, e muitos os emcastoavam em prata e tragamnos ao collo” (Freire 88). Neste trecho, o modo de apresentar uma informação colhida numa fonte indeterminada, que o cronista claramente não tem intenção de subscrever, é típico. Uma vez que, sem qualquer comentário, a reproduz, tão pouco pretende negá-la, donde resulta que prevalece a impressão de que a frase procede de uma atitude céptica.

Na memória do leitor da crónica estão formas sintácticas semelhantes que servem a expressão dum cepticismo efectivamente neutro sem dar azo a dúvida (assim são mencionadas notícias de certos *prodígios*, por exemplo, em relação às quais o cronista prefere manter-se a alguma distância). O que aqui se passa parece ser outra coisa. Desde logo, a posição de protagonista ocupada pelo Mestre na frase é um aviso para ler com uma atenção especial. A mesma particularidade torna-se então motivo de estranheza por, tratando-se do Mestre, a informação transmitida não ser acompanhada de uma opinião, de uma indicação de valor que oriente o leitor sobre o modo de interpretar. Desprovida desses apoios, a forma que lhe é dada é rigorosamente a de um boato. O passo seguinte é reconhecer que não é verosímil que Fernão Lopes deixasse entregue a uma redacção de poder assertivo quase nulo uma história que, a ser real, acrescentaria vários louros à fama do Mestre. Fica pois a pairar a forte suspeita de que a verdadeira intenção com que a frase é inserida no texto seja de insinuar um desmentido.

Se Fernão Lopes mostra frequentemente reticência perante as notícias de prodígios que vai dando e dos testemunhos de que muitos se renderam à crença, sem se preocupar contudo em influenciar a apreciação final do leitor, talvez ele próprio indeciso, não o contentou desta vez abster-se de declarar a sua opinião, e quis aconselhar a descrença no que terá julgado um fenómeno inadmissível. O respeito pela identidade do Mestre, tanto como o incitou a essa tomada de posição, aliou-se provavelmente à previsível susceptibilidade eclesiástica perante tais assuntos para lhe provocar contenção no discurso, levando-o a exprimir-se através de uma omissão tão eloquente como as palavras o seriam.

Em nenhum outro lugar das suas crónicas Fernão Lopes é tão peremptório num juízo sobre um comportamento dum rei como no que afirma acerca de um acto cometido por D. Pedro. Os três fidalgos acusados da morte de Inês de Castro, receando represálias do ainda infante e logo rei, apesar dos juramentos de perdão que este proferira diante de seu pai, mudaram de país e foram bem acolhidos na corte de Castela, mais ou menos ao mesmo tempo em que alguns castelhanos do partido adversário de D. Pedro de Castela se refugiaram em Portugal, sob os bons auspícios do monarca deste reino. Uns e outros consideravam-se em segurança.

Mas, “nom bem guardada [esta] pellos rreis, fezerom calladamente hũa tall aveença, que el-rrei de Purtugall entregasse presos a el-rrei de Castella os fidalgos que em seu rreino viviam e que el outrossi lhe entregaria Diego Lopez Pacheco e os outros ambos que em Castella andavom” (Macchi 2007, 139). O texto invoca depois as vozes da fama entre a nobreza dos dois reinos, que consideraram o acordo como “mui grande mall” e proclamavam que “os rreis erravom mui muito hindo contra suas verdades” (Macchi 2007, 145). O cronista diz mais: “posto que escripto achemos delrrei de Purtugall que a toda gente era manteedor de verdade, nossa teençom he nom o louvar mais, pois contra seu juramento foi consentidor em tam fea cousa como esta” (Macchi 2007, 137). E, quanto à sua actuação política, é isso que faz no resto da crónica.

Não são exactamente perceptíveis as circunstâncias que terão provocado uma tão contundente declaração condenatória da dupla decisão régia, ainda que apareça como evidente que foi injusta segundo o direito contemporâneo e indesejável segundo o costume social que guiava as relações entre rei e nobreza que sustentavam o edifício da convivência dos poderosos dentro das fronteiras nacionais e fora delas. Mesmo assim, não se pedia ao cronista nem se esperava dele que emitisse pareceres de teor ostensivamente moral sobre as acções que era sua missão relatar, e ele tinha à sua disposição meios de distribuir os méritos por formas menos conspícuas: abundante instrumental retórico para o elogio, que havia apenas que administrar em doses e graus adequados, e cuja natureza tópica ajudava a interpretar limando os excessos, e contenção na crítica, fosse em frases de incidência directa ou com o recurso oblíquo às falas de outras personagens ou à narração de modo a permitir o entendimento do sentido implícito. Fernão Lopes usa, além desses dois processos, tanto para D. Fernando como para D. Pedro, pequenas frases que se conformam com este quadro geral: entre muitos exemplos possíveis, “e per tall aazo como este, gastava ell [D. Fernando] ssi e o rreino com mudança de moedas, por satisfazer a todos, e perdia as gentes e logares que tiinha, assenhorando-sse d’ell a covardice” (Macchi 2004, 121); “ainda que outras mingoas per ell [D. Pedro] passassem de que peendença podia fazer” (Macchi 2007, 6).

Em todos estes casos exprime um pensamento severo. Mas não se compara neles o teor de gravidade do delito que é denunciado ao que se expressa nos fragmentos citados visando o vingador de D. Inês. Podemos dificultar ainda mais a questão lembrando que D. Pedro é o pai de João I, rei entre todos louvado (mesmo se o

percurso inicial como Mestre de Avis é irregular quanto a algumas virtudes), e que a história do seu reinado inclui a narrativa de um sonho que é entendido como anunciando, a respeito daquele filho, “que algũus grandes feitos lhe aviam de sahir d’antre as mãos” (Macchi 2007, 192); e lembrando também que D. Pedro é avô de D. Duarte, patrono do cronista.

É possível que o núcleo da solução tenha que ver com o valor da verdade da palavra dada, que se sabe ser um dos mais intocáveis na sua integridade monolítica de princípio fundamental para o conceito da ordem medieval. Com as dúvidas que fiquem, é certo que nos textos em que acusa D. Pedro, tanto quanto são hoje legíveis para nós, Fernão Lopes usou do modo mais óbvio a sua liberdade de dizer o que pensava. Mas disse-o de muitos outros modos.

## Bibliografia citada

- Freire, Anselmo Braamcamp, ed. Pref. Luís F. Lindley Cintra. Fernão Lopes. *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos reis de Portugal o decimo. Parte primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1973. [Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire].
- Given-Wilson, Chris. *Chronicles. The Writing of History in Medieval England*. London: Hambledon and London, 2004.
- Macchi, Giuliano, ed. Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*. 2ª edição revista. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004 [1975].
- , ed. Fernão Lopes. *Crónica de D. Pedro I*. 2ª edição revista. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007 [1966].
- Todorov, Tzvetan. Trad. Ana Mafalda Leite. *Os géneros do discurso*. Lisboa: Edições 70, 1981 [1978].